Bolsas
Na quinta-feira
1,06% São Paulo
0,25% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
176.608 — 169.186
26/10 27/10 28/10 29/10

Dólar
Na quinta-feira
R$ 5,387
(+ 0,89%)

Últimos	
22/outubro	5,039
23/outubro	4,992
26/outubro	5,402
27/outubro	5,350
28/outubro	5,340

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na quinta-feira
R$ 6,013

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,60%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Maio/2026	0,58
Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82

» Entrevista | **PAULO PEREIRA** | MINISTRO DO EMPREENDEDORISMO

Ministro fala das estratégias para o governo Lula 4 e explica como vai funcionar o Pix-Mei, promessa do presidente

"A Era Lula está consolidada no país"

» CAETANO YAMAMOTO*

Minervino Júnior/CB



Passadas as eleições de 2026, o governo começa a traçar estratégias para o governo Lula 4. No caso do ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Paulo Pereira, o destaque é o pacote voltado aos Microempreendedores Individuais (MEIs) — que inclui o perdão de débitos tributários, o reajuste do teto de faturamento e o repasse de subvenção direta via Pix de até R$ 5 mil, focado no aumento da capacidade produtiva de até 1,5 milhão de empreendedores. Em entrevista, ontem, ao programa CB.Poder *Eleições 2026, parceria entre* **Correio** *e TV Brasília, o ministro conversou com as jornalistas Samanta Sallum e Sibele Negromonte, e também fez um balanço do pleito eleitoral. A seguir, trechos da entrevista:*

Qual é a sua análise sobre esse momento e esse rescaldo pós-eleitoral no país sob a ótica da consolidação da democracia?

Vivemos uma eleição muito atípica, muito diferente da tradição eleitoral brasileira e, especialmente, do que ocorreu da redemocratização para cá. Várias coisas inéditas aconteceram. Primeiro, foi a primeira vez em que houve uma inversão de quem passou em primeiro para o segundo lugar. Além disso, a dinâmica especialmente do segundo turno foi muito diferente de tudo o que tínhamos vivido. Tivemos um nível e uma intensidade de engajamento social atípicos, muito além do normal, especialmente no campo progressista liderado pelo presidente Lula. Fiquei impressionado — acompanho a política há muito tempo — ao ver, nas manifestações e passeatas, um volume de engajamento enorme. O que podemos concluir agora? A Era Lula está consolidada.

Como o senhor vê daqui para a frente o futuro do bolsonarismo e do lulismo?

É natural compararmos o bolsonarismo e o lulismo, mas preciso fazer uma consideração importante. O lulismo, o petismo e as forças de esquerda que chegaram ao poder representam uma construção social muito mais sólida do que a do bolsonarismo. Vejam: o presidente Lula foi protagonista de todas as eleições presidenciais desde 1989. Nos últimos 24 anos, ele só não venceu a eleição em que esteve injustamente preso. Nas últimas sete eleições presidenciais, venceu seis — quatro diretamente e duas por meio do apoio à presidente Dilma Rousseff. Portanto, o lulismo é uma força muito estruturada no campo progressista. Questiona-se se viveremos uma crise no campo progressista. Eu não usaria a palavra "crise", mas não há como um campo político fazer a transição de uma figura como a do presidente Lula sem enfrentar dificuldades.

Entrando na sua área de atuação, na reta final o governo atuou em frentes importantes. Contudo, por que apenas nesse momento o governo voltou sua atenção ao microempreendedor individual, oferecendo apoio e crédito?

Aponte a câmera para ver a entrevista completa

Reconheço que o campo progressista disputou pouco o ambiente do empreendedorismo do ponto de vista político, em razão da tradição trabalhista, sindical e comunitária da esquerda brasileira. No entanto, os principais marcos institucionais do setor foram criados pelo presidente Lula: o Simples Nacional, a simplificação da burocracia para abertura de empresas e a criação do MEI, que formalizou o empreendedor informal e garantiu direitos previdenciários. O presidente Lula sempre dispensou atenção a esse setor; talvez tenha faltado ao campo progressista comunicar e disputar melhor esses avanços. O período eleitoral intensifica o debate público e confere maior visibilidade às ações governamentais.

O tema do momento é o repasse de até R$ 5.000 via Pix, limitado a 1,5 milhão de beneficiários. Como funcionará na prática?

Há cerca de 18 milhões de MEIs e cerca de 1,5 milhão serão contemplados. Primeiramente, cabe contextualizar a medida no âmbito da política de crédito para os pequenos negócios. Grande parte dos 18 milhões de MEIs fatura entre R$ 3.000 e R$ 3.500 mensais e enfrenta entraves burocráticos no sistema bancário. Por isso, idealizamos uma medida que aumente a capacidade produtiva e supere a burocracia bancária. Daí decorre a opção pela subvenção direta. Do ponto de vista fiscal, constatou-se que a subvenção direta é mais eficiente do que subsidiar operações de crédito que acabam absorvidas por empreendedores de maior porte. Dispomos de dotação orçamentária inicial para atender 1,5 milhão de microempreendedores com valores de até R$ 5.000.

> **Grande parte dos 18 milhões de MEIs fatura entre R$ 3.000 e R$ 3.500 mensais e enfrenta entraves burocráticos no sistema bancário. Por isso, idealizamos uma medida que aumente a capacidade produtiva e supere a burocracia bancária. Daí decorre a opção pela subvenção direta"**

Não é pouco?

Trata-se de um alcance expressivo, sem precedentes em programas de crédito. Não haverá distribuição indiscriminada de recursos: o MEI deverá apresentar um plano de investimento voltado ao incremento de sua capacidade produtiva. O fluxo operacional está sendo finalizado por meio de um aplicativo móvel para simplificar o atendimento. Os recursos poderão ser aplicados na aquisição de equipamentos para trabalho, como bicicletas elétricas para entregadores, melhoria de carrinhos de alimentação ou compra de ferramentas de comunicação.

Caso a demanda supere o número de 1,5 milhão de beneficiários, quais serão os critérios de priorização?

O critério de elegibilidade será a destinação do recurso ao aumento da capacidade produtiva. Definimos dois critérios de priorização: a faixa de menor faturamento — os nanoempreendedores que faturam até R$ 40.000 ao ano — e as mulheres empreendedoras. Ressalto que a execução do programa ocorrerá no próximo ano. Não há transferências financeiras no ano corrente, sendo relevante alertar contra desinformações e golpes digitais. Avaliaremos a execução do programa. A aplicação de recursos no segmento de microempreendedores gera impacto imediato na circulação econômica local, aquecendo o consumo e produzindo efeitos sociais relevantes. Quanto à remissão de dívidas de R$ 12 bilhões dos MEIs, cumpre pontuar que a arrecadação efetiva desses débitos era estimada em apenas R$ 1 bilhão ao ano. A regularização cadastral e fiscal desses empreendedores permitirá elevar a arrecadação anual para valores entre R$ 3,5 bilhões e R$ 4 bilhões.

Quanto ao limite de faturamento do MEI, fixado em R$ 81.000 desde 2018, a proposta prevê a elevação para R$ 110.000 e, posteriormente, R$ 140.000, além de permitir a contratação de até dois empregados. Qual é o impacto prático dessa medida na economia?

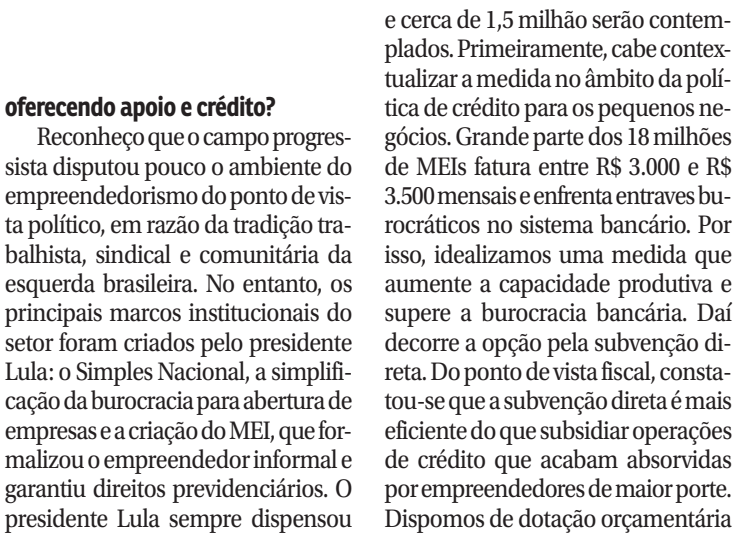
O MEI dispõe de um regime simplificado e subsidiado. Ao recolher a contribuição mensal aproximada de R$ 85, o microempreendedor obtém acesso a benefícios previdenciários, como auxílio-maternidade, auxílio-doença e aposentadoria. A formalização possibilita bancarização, acesso ao crédito e inclusão no sistema de proteção social. O teto de faturamento é necessário para direcionar o subsídio público a quem realmente necessita. Contudo, o limite de R$ 81.000 acumulou defasagem inflacionária de oito anos, reduzindo o alcance real do benefício, visto que o faturamento bruto não equivale ao rendimento líquido.

***Estagiário sob a supervisão de Edla Lula**

SAÚDE

O potencial dos fitoterápicos

Freepik



A fitoterapia é um tratamento baseado no uso de plantas medicinais

O Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio) coloca os medicamentos fitoterápicos entre as frentes estratégicas para ampliar a participação do Brasil nesse mercado. Em outra frente, o PL 1250/2026, aprovado este ano, incentiva a inclusão dos medicamentos para os órgãos públicos de saúde.

As duas iniciativas abrem caminho para ampliar a produção no Brasil, país que tem vocação para o setor. O advogado, ambientalista e diretor-executivo do Instituto Escolhas, Sérgio Leitão, explica que o medicamento fitoterápico é aquele produzido a partir de plantas e de insumos da natureza, sem a utilização de componentes sintéticos em sua elaboração. Segundo ele, o Brasil, por dispor de uma das maiores biodiversidades do mundo, possui um potencial enorme para se transformar em um grande fornecedor desses medicamentos, tanto internamente quanto para o mercado global.

"Para dimensionar esse setor, o mercado global de medicamentos fitoterápicos movimenta atualmente mais de 230 bilhões de dólares, com previsão de dobrar de tamanho até o ano de 2030, ultrapassando os 400 bilhões de dólares. Infelizmente, a participação do Brasil nesse mercado é inferior a 1%, comercializando o equivalente a cerca de 170 milhões de dólares (ou aproximadamente 70 milhões de dólares líquidos)", ressalta.

Para Leitão é preciso compreender que essa é uma oportunidade para dar um uso econômico sustentável à biodiversidade brasileira. Ele diz que esse modelo gera divisas e exportações, cria uma linha de produtos industriais e permite manter a floresta em pé, além de oferecer uma nova fonte de renda para a agricultura familiar, de onde provém grande parte das plantas medicinais.

"O Brasil reúne todas as condições para consolidar uma bioeconomia e uma produção industrial fortes a partir do enorme potencial de sua biodiversidade", observa.

Além das vantagens econômicas, a principal vantagem do medicamento fitoterápico em relação aos alopáticos ou sintéticos, de acordo com o especialista é a redução de efeitos colaterais, que quanto mais sintético for um remédio maior é a probabilidade de reações adversas. "Ao ler a bula de um medicamento alopático, frequentemente surge a dúvida sobre se o tratamento da enfermidade original compensa os diversos efeitos colaterais descritos. A grande atração mundial dos fitoterápicos é que, por não serem baseados em síntese química, eles não provocam os mesmos malefícios associados aos remédios alopáticos", destaca.

Segundo o estudo *Fitoterápicos: o que o Brasil precisa fazer para liderar esse mercado?*, o Brasil perde uma oportunidade concreta na bioeconomia em um mercado altamente competitivo, no qual países como Índia e China já ocupam posições de destaque. "Nós exportamos matéria bruta para importarmos inovação", observa o ambientalista.

Para aprofundar neste tema e entender como o Brasil pode aproveitar sua biodiversidade para ampliar o desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos, o **Correio Braziliense** com o apoio do Instituto Escolhas, irá promover um encontro ao vivo, no dia 10 de novembro, a partir das 15h, para discutir "os "desafios dos fitoterápicos no Brasil".

O encontro debate os desafios científicos, regulatórios e econômicos do setor, além das oportunidades para fortalecer a produção nacional, ampliar o uso de fitoterápicos no SUS e impulsionar a inovação farmacêutica. Uma conversa sobre saúde pública, biodiversidade e desenvolvimento sustentável. (**CY***)